

SARA NÃO TEM NOME. O TEMPO, FOTOGRAFIA DA SÉRIE URGÊNCIA DAS RUAS, 2021.



BIBLIOTECAS E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

WELLINGTON MARÇAL DE CARVALHO*, DINÁ MARQUES PEREIRA ARAÚJO**, ANGERLÂNIA REZENDE*** E
ANÁLIA DAS GRAÇAS GANDINI PONTELO****

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2021.29743>

RESUMO O contexto atual está marcado pela emergência da covid-19 e a adoção de medidas extraordinárias de distanciamento social e quarentena que impõem novos desafios à biblioteca universitária como instituição social. Neste cenário, este artigo objetiva subsidiar uma reflexão sobre a importância de desenho de políticas e a consequente implementação de ações planejadas, no âmbito da preservação, que contribuam para a perenidade de acervos bibliográficos, especificamente após a realidade da pandemia do novo coronavírus, diretamente associada aos cuidados com a comunidade que tem acesso às bibliotecas. Quanto à metodologia utilizou-se o estudo de caso com base em experiências vivenciadas no Sistema de Bibliotecas da UFMG. De posse dos resultados observou-se que capacitar e preparar os responsáveis pelas unidades de informação impacta diretamente na preservação de acervos abrigados nas bibliotecas universitárias.

PALAVRAS-CHAVE Unidades de informação. Preservação de acervos. covid-19.

LIBRARIES AND COLLECTIONS PRESERVATION IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT The current context is marked by the emergence of covid-19 and the adoption of extraordinary measures of social distance and quarantine that impose new challenges on the university library as a social institution. In this scenario, this article aims to support a reflection on the importance of policy design and the consequent implementation of planned actions, within the scope of preservation, that contribute to the continuity of bibliographic collections, specifically after the reality of the new coronavirus pandemic, directly associated with caring for the community that has access to libraries. As for the methodology, the case study based on experiences in the UFMG Library System was used. From the results obtained, it was observed that training and preparing those responsible for the information units directly impacts the preservation of collections housed in university libraries.

KEYWORDS Information units. Collections preservation. covid-19.

* Pós-Doutorando em Estudos Literários (FALE/UFMG). Doutor em Letras / Literaturas de Língua Portuguesa (PUC Minas). Bibliotecário-Documentalista (Escola de Veterinária/UFMG).

** Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação (ECI/UFMG). Bibliotecária-Documentalista (Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária/UFMG).

*** Doutoranda em Ciência da Informação (PPGCI/UFPPB). Bibliotecária-Documentalista.

**** Mestra em Administração (Faculdades Novos Horizontes). Bibliotecária-Documentalista (Biblioteca Universitária/UFMG).

Introdução

Nunca será demais reforçar a importância que o investimento em energia humana destinada a salvaguardar os documentos que registram a formação das mentalidades, dos mais variados tipos, constitui-se ação primordial, notadamente quando se pensa nos registros das memórias dos povos. A função simbólica e material da guarda dos documentos manifesta-se, por exemplo, na possibilidade de compulsar registros da cultura escrita (manuscrita, impressa e digital) por meio do acesso livre para consulta, empréstimo e também aos bens patrimoniais resguardados em acervos bibliográficos raros, especiais e preciosos, sob a responsabilidade de instituições bibliotecárias de caráter público, localizadas, por exemplo, no vasto território brasileiro.

Poderia ser dito, sem nenhum receio, que as bibliotecas de universidades públicas brasileiras prestam um serviço da maior relevância para a coleta, organização, preservação e, sobretudo, disseminação de acervos bibliográficos, de forte acento patrimonial e de valor efetivo para o entendimento de aspectos formadores da história da humanidade. Vale ressaltar que tal fenômeno, se assim pode-se denominar essa atividade, também se verifica em instituições da esfera privada.

Geralmente as coleções articulam-se enquanto cristalizações de uma pluralidade de formações discursivas podendo auxiliar na manutenção de instantes da memória social, nos termos de Jacques Le Goff (2003); ou da memória coletiva quando opta-se pelo argumento de Maurice Halbwachs (2006); ainda ao jogo do lembrar e esquecer, na perspectiva expressa por Paul Ricoeur (2007); enfim, esses aglomerados organizados de itens informacionais caberiam na noção tridimensional de Pierre Nora (1993), acerca dos “lugares de memória”, pois certamente estão presentes a faceta física, simbólica e funcional nas coleções patrimoniais, cuja noção esses artefatos de memória abarcam com a simples tenacidade de seu existir.

Nesse sentido parece procedente considerar a direta relação que as práticas de preservação desses acervos de memória, sobretudo daqueles pertencentes a, e disponíveis na esfera pública, possibilita mergulhar na cultura de uma coletividade, da qual é testemunho e colaboram para manter vivo esse desejo de memória.

Em virtude dessas considerações, o presente artigo objetiva subsidiar uma reflexão

sobre a importância de desenho de políticas e a consequente implementação de ações planejadas, no âmbito da preservação, que contribuam para a perenidade de acervos bibliográficos, especificamente após a realidade da pandemia do novo coronavírus, diretamente associada aos cuidados da comunidade com acesso às bibliotecas. Diante do novo panorama, as práticas sociais culturais e institucionais dos usos e dos fazeres dos livros e das bibliotecas exigem condutas de responsabilidade humanitária — direcionadas para a preservação dos documentos gráficos — indissociáveis dos cuidados às pessoas. Espera-se, com esta discussão, demonstrar as vertentes da teoria da preservação, as instabilidades impostas pelos enevoados panoramas que se apagam e se redesenham cotidianamente, desde o advento da pandemia nos primeiros meses do ano de 2020.

Preservação Patrimonial

A palavra patrimônio, segundo Françoise Choay ([1999?], p.11), liga-se, em sua origem,

“às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.” André Desvallées e François Mairesse (2010, p. 64, tradução nossa) afirmam que “a noção de patrimônio designava, no direito romano, o conjunto dos bens recolhidos por sucessão por oposição aos bens adquiridos”.

Regina Abreu (2009) enfatiza que o significado da palavra patrimônio deixa de se limitar à esfera do privado e se estende para “o conjunto dos cidadãos” somente após a Revolução Francesa. Considerando também o público que necessita de cuidados e preservação histórica. A partir de então, desenvolve-se a ideia de “bem comum” a ser preservado (ou salvo) para a coletividade. Para a autora, a

“emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. Era preciso salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição” (ABREU, 2009, p. 35).

Na Constituição Brasileira de 1934, vê-se o patrimônio histórico e artístico nacional como objeto de proteção dos poderes públicos. Segundo este documento, no segundo capítulo, que trata da educação e da cultura, em seu artigo 148, caberia, portanto,

“à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país” (BRASIL, 1934).

Após três anos, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 37, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo como tal, em seu artigo 1.º, o que segue:

Art. 1.º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Assim, conforme Artigo 1.º, o patrimônio histórico e artístico nacional que envolve também os bens móveis e imóveis, deve ser conservado conforme o interesse público, considerando os fatos que envolvem a história e memória do Brasil, considerando ainda o seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A composição patrimonial das bibliotecas universitárias, abarca um conjunto de documentos de interesse próprio, considerando sua história e missão, seu ambiente e seu público específico. Documentos cuja perda seria prejudicial à sua identidade (TRAVIER, 2000).

Do ponto de vista de Didier Travier (2000), o patrimônio de uma biblioteca ultrapassa, no entanto, as fronteiras mais estreitas do patrimônio histórico, pois ele pode incluir documentos e obras raras e até mesmo não tão antigas. Sendo assim, as coleções raras, os documentos mais custosos, as obras raras e estrangeiras, os documentos produzidos pela universidade e que interessam à sua história são o patrimônio da biblioteca universitária (TRAVIER, 2000, p. 40). De acordo ainda com Travier (2000, p. 59),

“esses marcos na história do conhecimento, são indispensáveis à memória de uma disciplina”.

Ademais, o autor acrescenta que para cada um dos diferentes tipos de documentos convém buscar as formas de conservação e de comunicação mais apropriadas.

Sua proteção incide, segundo cada caso principalmente, em restrição de acesso e

em ações de conservação preventiva ou, quando possível, deve-se pensar na possibilidade de migrar formatos para garantir acesso aos materiais. As universidades são responsáveis por suas políticas documentárias em geral e por sua política patrimonial em particular (TRAVIER, 2000).

Quanto à definição de patrimônio universitário, segundo Emanuela Sousa Ribeiro (2013)

O “patrimônio universitário” engloba todos os bens tangíveis e intangíveis relacionados com as instituições de ensino superior e o seu corpo institucional, bem como com a comunidade acadêmica composta por professores/pesquisadores e estudantes, e todo o meio ambiente social e cultural que dá forma a este patrimônio. O “patrimônio universitário” é composto por todos os traços, tangíveis e intangíveis, da atividade humana relacionada ao ensino superior. É uma grande fonte de riqueza acumulada, que nos remete diretamente à comunidade acadêmica de professores/pesquisadores e estudantes, seus modos de vida, valores, conquistas e sua função social, assim como os modos de transmissão do conhecimento e capacidade para a inovação. (RIBEIRO, 2013, p.90).

Diante do cenário pandêmico, o acesso ao mundo digital atingiu recorde de crescimento gerando cada vez mais desafios para o profissional de biblioteconomia. Conteúdos de muitos documentos das bibliotecas já estão disponíveis de forma eletrônica, porém na atual conjuntura é preciso refletir sobre o desenvolvimento de métodos que ampliem ainda mais esses serviços. Nesse contexto informacional, os bibliotecários passam a ter renovados desafios e preocupações. As políticas de formação e desenvolvimento de coleções devem incorporar tanto outras formas de acesso quanto as reformuladas práticas profissionais e de enfrentamento à covid-19.

Esses trabalhos dão embasamento teórico e servem para aplicação prática nas bibliotecas em tempos de pandemia, exigindo maior atenção dos bibliotecários para os espaços que armazenam e guardam obras raras nas bibliotecas pois muitos setores foram fechados por um período considerável.

Algumas correntes teóricas

Um momento importante no cenário das formulações sobre as teorias da preservação do patrimônio remonta ao contexto europeu no século XIX e suas reverberações no século XX.

Pode-se iniciar essa trajetória mencionando a obra *A lâmpada da memória*, de John Ruskin, cuja primeira edição é de 1849. Ainda no espaço europeu, aproximadamente no ano de 1880, seriam lançadas pelo inglês John Ruskin, as bases de um movimento que ficaria conhecido como “Anti-restauração”. Ruskin (2008), em sua obra *As sete lâmpadas da arquitetura*, se posicionaria radicalmente contra a restauração, acentuando o cuidado e manutenção constantes aos monumentos. Para o inglês era lei o respeito ao envelhecer, por conseguinte, as marcas do tempo não deveriam ser, por nenhuma intervenção humana, apagadas.

O verbete *Restauração*, de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, publicado no *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XV° au XVI° siècle*, editado de 1854 a 1868. Na França, em meados do século XIX, foi publicada a redação do verbete “restauração”, escrito pelo arquiteto Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814–1979). Nos termos de Viollet-le-Duc (2007) o ato de restaurar exigiria, se preciso, modificar/recompor a obra atual com o intuito de se aproximar ao máximo do plano ideal/original do autor/do bem cultural.

Na Itália, Camillo Boito, em 1884, profere uma conferência na Exposição de Turim, em 7 de junho de 1884, cujo tema deu nome ao livro *Os restauradores*. Nesse opúsculo Boito (2008) enfatiza o valor documental da obra e decreta a mínima intervenção como um princípio basilar. Ao passo em que tece reflexões sobre as práticas profissionais de restauradores, acentua o respeito à pátina e, também, advoga que a intervenção tem de ser distinguível, ou seja, ser passível de identificação de forma nítida.

Um dos integrantes da Escola Vienense de História da Arte, o austríaco, nascido tcheco, Max Dvorak, publica, em 1916, um texto de forte matiz panfletário, intitulado *Catecismo da preservação de documentos*, no qual dialoga com Riegl. O historiador da arte pretende despertar o respeito pela arte do passado e exige um compromisso moral com a sua preservação. Dvorak (2008) luta para acabar com o juízo valorativo (arte menor, arte decadente), por conseguinte, postula a necessidade de respeito absoluto ao valor documental da obra. Preconizava a conservação dos monumentos em suas funções e ambientes originais, primando por sua forma e aspecto inalterados, sempre

que possível fosse. Ainda de acordo com Dvorak (2008), o gesto de preservar permitiria que os monumentos históricos atuassem como efetivos e fidedignos suportes materiais da memória coletiva.

Em 1903, na Inglaterra, por conta dos trabalhos de Alois Riegl, reunidos em *O culto moderno dos monumentos*, consolida-se a preservação como campo disciplinar autônomo. De acordo com Riegl (2014), é possível localizar o valor histórico do monumento na ideia de evolução. Ele esclarece que o “culto dos monumentos” relaciona-se com os valores da memória: antiguidade, histórico e volitivo. Uma vez que, para ele, a restauração era uma ação sociocultural, que exigiria de seus praticantes um espírito crítico. Deveria ser evitada qualquer intervenção arbitrária da humanidade na existência do monumento e, ao mesmo tempo, envidar esforços para zelar pela manutenção do estado atual.

Teoria da restauração, do também italiano Cesare Brandi, foi editado pela primeira vez em 1963 e traz à lume o significado desse conceito e estabelece um corolário: o reconhecimento da obra de arte como obra de arte. Alerta que a restauração deve ser condicionada pela obra de arte. Brandi (2008) formula dois axiomas ou princípios para a teoria: a) restaura-se somente a matéria da obra de arte e b) a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo.

Antes de suspender esse breve passeio por algumas das principais correntes preservacionistas vale revisitar um pensador contemporâneo, o espanhol Salvador Muñoz Vinãs que, em sua *Teoria contemporânea da restauração* (2003) atualiza essa discussão teórica acrescentando aspectos éticos da prática e reflete sobre os bens culturais intangíveis, inclusive a informação, propondo, dessa forma, que se observe as dinâmicas da preservação informacional. Ressalta, ainda, as particularidades da restauração de objetos simbólicos, importantes para a cultura, e seu caráter sinédoque de representação.

No âmbito brasileiro a história da preservação de acervos patrimoniais é bem intensa, cujos autores estão quase sempre associados às instituições de memória e de ensino e pesquisa. Salienta-se a contribuição da professora da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marylka Mendes, não apenas por ser uma das

fundadoras da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR), mas, também, pela atuação no grupo que organizou, em 2011, a obra *Conservação: conceitos e práticas*, em que se reforça a necessidade de investimento em ações de salvaguarda material. Além de estabelecer a noção de artefato como parte da herança cultural e transmissor da cultura de uma época ao longo dos anos.

As cartas patrimoniais

O texto de apresentação da fundamental obra organizada por Isabelle Cury (2004), em sua terceira edição, ressalta, entre outros aspectos, o

“panorama das diferentes abordagens que a questão da preservação de bens culturais mereceu ao longo do tempo” (CURY, 2004).

O conjunto de documentos, ou, de cartas patrimoniais, “muitos dos quais firmados internacionalmente, representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos” e seu conteúdo expressa, poder-se-ia afirmar, um chamado à responsabilidade que a temática transporta.

Ao percorrer essa coletânea, destaca-se, por exemplo, a “Carta de Atenas” de 1931, em que a Sociedade das Nações reflete princípios gerais sobre a proteção de monumentos. Já no ano de 1933, no escopo do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, nasce a outra “Carta de Atenas”, que discute a composição das cidades e, em sua segunda parte, postula que o patrimônio histórico das cidades deve ser preservado por se constituir expressão da cultura anterior. Ponto relevante foi registrado numa “Recomendação” da Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em 1956, no que toca ao processo de educação do público. Ainda a UNESCO, em edição de sua Conferência, em Paris, no ano de 1964 recomenda medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, importação e transferência de propriedades ilícitas de bens culturais.¹

No contexto brasileiro, no “Compromisso de Brasília”, de 1970, exarado no I Encontro de Governadores de Estado, secretários estaduais, da área cultural, prefeitos de

1 Bem peculiar e merecedora de reflexões mais verticalizadas é a “Carta de Machu Picchu”, de 1977, gestada no Encontro Internacional de Arquitetos. Nela, por exemplo, se esclarece o espírito das construções do antigo Peru que “se levantam por obra e para o sustento das comunidades, como um monumento à vida.” Em contraposição às pirâmides do Egito: “monumento à morte, exaltando a figura do monarca” (CURY, 2004).

municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, resultou na indicação de realização de estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Convém citar, também, a “Carta de Fortaleza”, de 1997, onde são definidas estratégias e formas de proteção do patrimônio imaterial brasileiro.

Por fim, e não menos importante, menciona-se, conforme destaca Zeny Duarte (2014), a “Carta para a preservação do patrimônio digital”, resultado da Conferência Geral da UNESCO de 2003, que estabelece a categoria conceitual que abarca os recursos únicos, frutos do saber ou da expressão dos seres humanos gerados diretamente em formato digital, ou a partir da conversão do material analógico já existente. De igual modo, Duarte (2014) revisita o projeto “Memória do Mundo” da UNESCO, que se iniciou em 1970 e está formatado nas “Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental mundial” e cujos objetivos direcionam-se ao apoio e promoção da conservação, do progresso e da difusão do saber, nomeadamente, na conservação e proteção do patrimônio universal de livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico ou científico.

As bibliotecas universitárias tradicionalmente associadas à guarda da cultura escrita para o desenvolvimento da ciência e do livre pensar destacaram-se, sobretudo, por seu papel fundamental de garantir o acesso ao conhecimento. Nos séculos XX e XXI a comunidade universitária, as especificidades da documentação científica, a função patrimonial, a aquisição de acervos e os serviços de acesso à informação, conforme aponta Daniel Renoulti (1994), são elementos presentes na vida das bibliotecas universitárias e dialogam para um crescimento constante e associado às tecnologias de acesso eletrônico aos textos.

Em relação aos seus acervos patrimoniais, essa tipologia de biblioteca, historicamente, esforçou-se para desenhar, em seu plano de ação, olhar apurado para a segurança de tais acervos em equilíbrio com a missão de garantir acesso. Com o advento das tecnologias da informação e impulsionado pelo crescimento digital e pelas dimensões das Humanidades Digitais as bibliotecas universitárias ocupam a cada dia e a cada novo passo os espaços de acesso ao conhecimento em formato eletrônico, quer no acesso aos documentos eletrônicos por assinatura², quer seja pela implementação

2 Esse é o caso, por exemplo, da UFMG em cujo Sistema de Bibliotecas se procedeu de modo decisivo a

de repositórios institucionais ou pelo desenvolvimento de bibliotecas, por exemplo, formadas com itens bibliográficos digitais de acervos antigos.

Pandemia do novo coronavírus e as instabilidades dos acessos físicos aos acervos bibliográficos

A pandemia trouxe consigo várias mudanças que afetaram diretamente no comportamento organizacional, social e individual. O estado de pandemia foi decretado em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), decorrente de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Os primeiros casos foram diagnosticados em Wuhan, China, em dezembro de 2019 e a doença, nomeada como covid-19, se expandiu rapidamente a todas as regiões do mundo. Era a primeira vez que um coronavírus causaria uma situação de tal envergadura.

Aqui no Brasil, neste contexto de enfrentamento à covid-19, um levantamento divulgado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) apontou que estão em desenvolvimento, pelo menos, 823 pesquisas sobre a pandemia. São trabalhos que vão da identificação do genoma do vírus para o desenvolvimento de medicamentos e criação de vacina, como as que já estão sendo aprovadas, contra a covid-19, até estudos com sistemas informatizados sobre georreferenciamento para mapear o avanço da doença, além de produção de equipamentos de proteção individual e produtos sanitizantes, criação de campanhas educativas e outras ações (VALPORTO, 2020).

Apesar de instituídas tardiamente, as universidades brasileiras consolidaram-se ao longo de sua trajetória como locus da produção científica nacional e da formação de recursos humanos especializados, com destaque para as pertencentes à esfera pública, responsáveis por mais de 95% da produção científica (MOURA, 2019). O escopo de atuação das universidades inclui, além da pesquisa e o ensino, a extensão. Ao abranger também a extensão, as universidades não só estão orientadas para a comunidade acadêmica, mas também têm a missão de transferir conhecimentos e serviços para toda a sociedade.

partir de 2020, ao adotar estratégias para incrementar seu acervo nessas outras fisicalidades.

As bibliotecas são as entidades capazes de articular a rede de informações que serve a membros da comunidade universitária e ao público externo. São um reflexo das instituições de educação superior a qual estão vinculadas e têm como objetivo essencial apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por seus acervos e serviços. Ao longo de sua evolução histórica, as bibliotecas universitárias foram se adaptando às mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. De centros de guarda e custódia de textos clássicos, raros, restritos a eruditos, as bibliotecas universitárias têm se transformado em centros de convívio democrático, de inclusão, de interação, de troca de informações, seja em seus espaços físicos ou virtuais (NUNES, 2016; PINHEIRO, 2018).

Dessa maneira, as bibliotecas universitárias desempenham um papel importantíssimo no desenvolvimento de capacidades de aprendizagem autônoma e de competências em informação, incluindo competências críticas, éticas e consciência política e cidadã. Nada disso está dissociado de seu papel no apoio ao ensino especializado e à pesquisa, por recursos e serviços de informação orientados a problemas complexos nas diferentes áreas da ciência, tecnologia e inovação.

Por outro lado, no Brasil, um país tão desigual e com escassez de bibliotecas públicas, as bibliotecas universitárias também são chamadas a trabalhar em prol da cidadania, com serviços multifuncionais e de utilidade pública. Essa crise sanitária, econômica, política e social atrelada à pandemia da covid-19 se faz complexa em todos os âmbitos da vida cotidiana. A necessidade de conter os contágios através de distanciamento social impôs o fechamento de escolas e universidades, empresas, lojas e outra ampla gama de entidades, consideradas não essenciais. O trabalho remoto foi adotado por muitas destas organizações como alternativa para manter alguns serviços e atividades. Grande parte das bibliotecas no Brasil e, como mostra a página eletrônica da International Federation Library Association (IFLA, 2020), no mundo todo, também suspenderam seus serviços presenciais por tempo indeterminado, passando a adotar mecanismos para continuar oferecendo alguns serviços de forma remota ou em outras possibilidades sem contato pessoal.

Contudo, a informação acerca dessas iniciativas é escassa e pouco sistematizada, notadamente, no que se relaciona à questão preventiva de acervos raros e especiais

presentes nas bibliotecas universitárias. Por conta disso, o presente artigo busca sintetizar algumas formas de se trabalhar com esses acervos, sobretudo, pensando em políticas de preservação preventiva, conforme experiências realizadas no Sistema de Bibliotecas da UFMG³, tendo como balizador pontos levantados no percurso teórico das correntes de preservação e nas cartas patrimoniais.

Metodologia

Foi praticada, em primeiro momento, a análise bibliográfica seguida de estudo de caso, como o procedimento técnico que melhor se enquadrava para o tema em questão. Efetuou-se, também, levantamento bibliográfico na literatura nacional e internacional sobre os procedimentos a serem adotados para as condutas sanitárias em bibliotecas para enfrentamento à covid-19.

Assim, busca-se compartilhar as vivências oriundas de um projeto implementado na UFMG e contribuir com os diálogos e as pesquisas em torno das ações de segurança e de salvaguarda de bens culturais móveis em bibliotecas, considerando as práticas da Divisão de Coleções Especiais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (DICOLESP/BU/SB-UFMG)⁴, notadamente, os aspectos relacionados ao monitoramento de conservação dos acervos durante a pandemia. Ademais, problematizou-se, também, em quais medidas os impactos da readequação de ações, serviços e condutas tendem a se tornar permanentes e ainda, como as novas práticas adotadas na pandemia afetam os acervos correntes.

Cabe ressaltar que este estudo se concentrou em um ambiente em que acervos raros, preciosos e especiais têm a sua guarda, especificamente aqueles alocados na DICOLESP/BU/SB-UFMG.

A coleta de dados foi realizada pela leitura técnica das políticas de formação e desenvolvimento de acervo específico da Divisão. Conforme indica a “Política interna de

3 Para maiores informações sobre esse importante Sistema de Bibliotecas ver Carvalho; Pontelo; Gomes (2017).

4 Para saber mais acerca da DICOLESP/BU/SB-UFMG recomenda-se a leitura de Araújo; Carvalho; Pontelo (2015).

formação, desenvolvimento e gestão de acervos da Divisão de Coleções Especiais”, no item 6.2 o Gerenciamento de Risco do acervo deve contemplar:

4. Gerenciamento de risco

4.1 Incêndio, inundação

4.2 Segurança

4.2.1 Controle de acesso

4.2.2 Sistema de segurança

4.2.3 Roubo

4.3 Infestação

4.3.1 Micro-organismos

4.3.2 Insetos

4.3.3 Danos causados por animais. (UFMG, 2016, p.6–7).

Foi abordado, em especial, o gerenciamento de risco da DICOLESP tendo em vista o cenário iniciado com a pandemia e, mais especificamente, na UFMG, exposta em parte de comunicação institucional, como contatado no extrato:

Desde o dia 18 de março de 2020, as atividades presenciais estão suspensas por tempo indeterminado na Universidade Federal de Minas Gerais, tendo em vista as orientações do Ministério da Saúde e em face da decretação, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), da pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Portaria UFMG n.º 1.819). (UFMG, 2020).

Para o enfrentamento daquele cenário a diretoria da Biblioteca Universitária do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (BU/SB-UFMG) instituiu uma comissão para a elaboração do Protocolo Sanitário para o Sistema de Bibliotecas. O objetivo da comissão foi realizar estudos preliminares, com a finalidade de estabelecer parâmetros para elaboração de um protocolo para o retorno às atividades presenciais das bibliotecas da UFMG. A partir das normativas para o enfrentamento da covid-19 na UFMG e das diretrizes apontadas pela citada Comissão do SB, para a reflexão sobre a conservação da DICOLESP, indagações sobre o desafio de efetivar o monitoramento periódico de coleções bibliográficas especiais são bastante pertinentes. Questionamentos dessa natureza são expressas, por exemplo, nos seguintes termos:

“Como implementar ações que garantam a segurança de pessoas e, ainda assim, a preservação dos acervos?” (ARAÚJO, 2021, p. 79).

Ainda foi apontado por Diná Marques Araújo (2021) que as estratégias para o monitoramento na DICOLESP durante a pandemia do covid-19 foram ancoradas nos seguintes referenciais teórico-metodológicos:

Agentes de deterioração de acervos, Michalski (2004) e Spinelli Junior (2010), a saber: 1) forças físicas diretas; 2) furto, roubo, vandalismo, distração da equipe de profissionais; 3) incêndio; 4) água; 5) pragas (roedores, insetos, micro-organismos); 6) contaminantes, poluentes; 7) radiação; 8) temperatura incorreta; 9) umidade relativa incorreta; 10) dissociação.

Controle de Riscos — ICCROM (2017) — que contempla os seguintes estágios para controle de riscos em acervos: 1) evitar; 2) bloquear; 3) detectar; 4) responder; e 5) recuperar.

Os Cadernos Técnicos do Laboratório de Ciência da Conservação (LACICOR) da UFMG foram adotados no desenvolvimento das atividades e estruturação de relatórios. (ARAÚJO, 2021, 79–80).

Os referenciais apontados subsidiaram a realização de visitas para o monitoramento de conservação da DICOLESP/BU/SB/UFMG.

Monitoramento de conservação

Identificar para evitar, bloquear, detectar e responder aos danos dos agentes de deterioração é o objetivo do monitoramento de conservação. Tais ações podem culminar ou não na recuperação (conservação curativa ou restauração de um bem). O monitoramento na DICOLESP/BU/SB-UFMG faz parte da Política Interna do setor, contudo, tendo em vista a pandemia sua efetivação para a segurança do acervo foi imprescindível. O monitoramento foi realizado semanalmente e registrado em planilha, como se apresenta no quadro a seguir:

Quadro 1 — Guia para monitoramento de conservação DICOLESP/BU/SB-UFMG

AGENTE DE DETERIORAÇÃO	O QUE INFORMAR NO RELATÓRIO
1) Forças físicas diretas	Indicar se há livros armazenados de forma indevida nas estantes. Verificar se, por algum motivo, caíram no chão ou estão tombados.
2) Furto, roubo, vandalismo	Conferir se há indícios de entrada no setor (portas e janelas forçadas ou abertas); Conferir se faltam livros nas estantes, sobretudo, na reserva de obras raras.
3) Incêndio	Conferir se todos os interruptores e estabilizadores estão desligados.
4) Água	Conferir áreas de risco de alagamento pelo telhado (goteiras, possível vazamento de água de chuva pelas janelas); Verificar locais no forro com manchas de umidade.
5) Roedores, insetos, micro-organismos	Verificar detalhadamente se há vestígios de excrementos de insetos e de roedores no chão e nas prateleiras das estantes; Verificar se há insetos mortos em todas as salas do setor.
6) Poluentes	Realizar abertura periódica das janelas dos espaços que não possuem climatização artificial. A abertura das janelas deve ser feita entre 10:00–16:00h. Evitar o máximo possível a abertura das janelas após as 17h devido a possibilidade de revoadas de insetos; Conferir se há acúmulo de material particulado nas estantes em local sem climatização artificial (poeira, fuligem, dentre outros).
7) Radiação	As luzes devem ficar desligadas, sem exceção; Garantir que as janelas permaneçam fechadas, sobretudo, nas áreas em que pode haver incidência solar sobre os livros.
8) Temperatura incorreta	Verificar se o controle de temperatura da reserva de obras raras está funcionando.
9) Umidade relativa incorreta	Verificar se o controle de umidade da reserva de obras raras está funcionando.
10) Dissociação	Garantir que nenhum documento seja guardado fora de sua devida coleção/notação.

As respostas para a monitoria foram efetivadas, fundamentalmente, a partir do diálogo constante com o setor de Serviços Gerais, inclusive com a equipe de limpeza, como apoio dos trabalhos durante a pandemia. Dentre as respostas foram realizadas a vistoria do ar-condicionado; a detetização do acervo para bloquear possível proliferação de insetos durante o período de pandemia; a aspiração completa do acervo por profissional de limpeza treinado e capacitado; dentre outros.

Ainda em relação às determinações para o enfrentamento da covid-19 na UFMG, a comissão formada pela BU/SB-UFMG também apresentou orientações específicas para as coleções bibliográficas especiais da UFMG. Destaca-se aqui a necessidade de proteção das pessoas sem desconexão com a preservação dos acervos. Nesse sentido, o futuro desafio, quando terminar a pandemia e for possível o retorno de acesso presencial aos acervos, será equalizar as necessidades de proteção das pessoas com as peculiaridades de acesso aos documentos.

Em 2020 a Biblioteca universitária da UFMG criou uma Comissão para realizar Estudos Preliminares para a elaboração do Protocolo Sanitário para a Biblioteca Universitária e Sistema de Bibliotecas da UFMG. A proposta apresentou ações, protocolos sanitários e sistematizações para o retorno das atividades presenciais das bibliotecas do SB. O objetivo era garantir a segurança dos profissionais e dos usuários nos ambientes de trabalho e de estudos, nos atendimentos presenciais e no uso dos equipamentos e dos materiais informacionais e bibliográficos usados e compartilhados por todos em empréstimo domiciliar e em uso nos espaços internos das bibliotecas da UFMG. A Comissão elaborou as ações necessárias para a reabertura das atividades presenciais das bibliotecas do SB/UFMG, dentre elas as adaptações nas estruturas físico-administrativas, nas técnicas biblioteconômicas, bem como nos procedimentos de atendimento presencial.

O trabalho da Comissão teve como referencial as orientações da International Federation of Library Associations (IFLA), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Ministério da Educação (MEC) e artigos científicos produzidos, pós-pandemia e, ainda, nas proposições de pesquisadores e instituições de pesquisa em preservação de acervos bibliográficos⁵. Esses artigos refletiam as pesquisas realizadas naquele período sobre a pandemia do coronavírus e as medidas de gestão e segurança para as bibliotecas. De modo geral, no ano de 2020 o rigor em relação ao trânsito interno nos acervos, bem como, aos empréstimos domiciliares seguiam orientações de quarentena, distanciamento físico e impossibilidade de empréstimos. Para o ano de 2021 as mudanças em relação ao acesso aos acervos foram se adaptando às novas indicações que os centros de pesquisa apresentavam so-

5 Os textos referenciais daquele trabalho realizado pela referida Comissão estão disponibilizados no anexo, após referências bibliográficas.

bre a possibilidade de empréstimo domiciliar com agendamento, acesso controlado de pessoas às instalações internas com medidas de segurança e ainda a permanência da higiene das mãos e uso de máscaras.

Para 2022 uma nova Comissão continua o trabalho para oferecer à comunidade universitária e público externo acesso aos acervos associado às práticas de biossegurança.

Considerações finais

Para além da missão de guarda da memória e do patrimônio escrito da humanidade os acervos bibliográficos especiais em bibliotecas universitárias brasileiras possuem também significados associados à história da ciência produzida pelas universidades no Brasil. Esses acervos reúnem, por exemplo, bibliotecas particulares de professores universitários, bem como o conhecimento que contribuiu e contribui para o fortalecimento da ciência. Preservar esses acervos e torná-los conhecidos hoje e no amanhã é a honra, o desafio e a herança da biblioteca universitária para as gerações futuras.

O monitoramento de conservação em bibliotecas fornece informações essenciais aos bibliotecários para sistematizar ações de proteção aos acervos bibliográficos contra a destruição continuada. O monitoramento da DICOLESP/BU/SB-UFMG, para além da metodologia para análise dos espaços físicos e dos bens, teve um diferencial crucial para sua efetivação que foi a capacitação da equipe, realizada de modo contínuo, desde o ano de 2011, com todos os profissionais que trabalham no setor (auxiliares, assistentes, terceirizados da limpeza, bibliotecários e bolsistas). A efetivação da monitoria seria inviável sem a capacitação do maior capital das bibliotecas: a sua equipe de profissionais.

Nesse contexto, um fator relevante para os profissionais da Biblioteconomia são os desafios impostos pela formação continuada nos campos de Livros Raros e Conservação-Restauração. A capacitação de profissionais que atuam em coleções patrimoniais envolve uma série de aspectos que perpassam pela formação acadêmica, a necessidade de dedicação do profissional à pesquisa e, de forma ampliada, as políticas públicas que envolvem as bibliotecas em âmbito brasileiro.

Dentre as várias ações necessárias para a efetivação das políticas institucionais

para a segurança e salvaguarda de livros antigos e raros, o fator humano é de grande relevância para efetivar e garantir a segurança dos acervos. Tendo em vista o aumento dos casos de furtos de livros raros e antigos em bibliotecas públicas, universitárias, nacionais e particulares em todo o mundo, a atuação dos profissionais que trabalham e/ou gerenciam esses ambientes de informação deve ser pautada, cada vez mais, pela dimensão ética e cidadã em prol da preservação do patrimônio cultural. Se por um lado o profissional tem a responsabilidade de contribuir para proteção do acervo, as instituições precisam investir (além das infraestruturas física, financeira e política) na capacitação dos recursos humanos para a proteção do patrimônio.

Referências

ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 34–48.

ARAÚJO, D. M. P. Conservação preventiva: monitoria de acervo antigo e a pandemia coronavírus. *CAJUR — Caderno de Informações Jurídicas*, v. 7, n. 2, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/153419>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

ARAÚJO, D. M. P.; CARVALHO, W. M. de; PONTELO, A. das G. G. O acervo de obras raras e especiais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. In: NASCIMENTO; A.; MORENO, A. (Org.). *Universidade, memória e patrimônio*. Belo Horizonte: Mazza, 2015. p. 103–122. (Pensar a Educação Pensar o Brasil).

BOITO, C. *Os restauradores*. 3. ed. Cotia, SP: Ataliê, 2008.

BRANDI, C. *Teoria da restauração*. 3. ed. Cotia, SP: Ataliê, 2008.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Nor-

mativa nº 1, de 12 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao?pagina=2>. Acesso em: 12 out. 2020.

CARVALHO, W. M. de; PONTELO, A. das G. G.; GOMES, G. M. R. O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais: 90 anos de um organismo em evolução. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 134-145, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4105>. Acesso em: 03 maio 2021.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. Lisboa: Edições 70, 1999.

CURY, I. (Org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 2004.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Org.). *Concepts clés de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2010.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Armand Colin, 2013.

DUARTE, Z. (Org.). *A conservação e a restauração de documentos na era pós-custodial*. Salvador: EDUFBA, 2014.

DVORAK, M. *Catecismo da preservação de monumentos*. Cotia, SP: Ateliê, 2008.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.

IFLA. *Code of Ethics for Librarians and other Information Workers (full version)*. 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/11092>. Acesso em: 29 nov. 2020.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. 541 p.

MENDES, M. et al. (Org.). *Conservação: conceitos e práticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MICHALSKI, S.; ANTONMARCHI, C.; PEDERSOLI JÚNIOR, J. L. *Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico*. Brasília: IBERMUSEUS, ICCROM, 2017. 122p. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf. Acesso em: 31 maio 2020.

MOURA M. *Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil*. Blog Ciência na Rua, 2019. Disponível em: <https://ciencianarua.net/universidades-publicas-respodem-por-mais-de-95-daproducao-cientifica-do-bra>

sil/. Acesso em: 7 maio 2020.

MUNOZ-VINAS, S. Teoría contemporánea de la restauración. Madrid: Síntesis, 2003.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, M.S.C.; CARVALHO, K. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 173-93, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://portal-deperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2572>. Acesso em: 24 jun. 2020.

PINHEIRO, L. V.; CAFÉ, L. M. A.; SILVA, E. L. As bibliotecas universitárias e os desafios da pós-modernidade. Em Questão, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 152-176, set./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/75042>. Acesso em: 30 jul. 2020.

RENOULT, D. (Dir.). Les bibliothèques des l'Université. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1994.

RIBEIRO, E. S. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. Museologia & Interdisciplinaridade, Brasília, v. 2, n. 4, p. 88-102, maio/jun. 2013.

RICOUER, P. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François. Campinas: UNICAMP, 2007. 535.

RIEGL, A.; PROENÇA, J.T. O culto moderno dos monumentos: e outros ensaios estéticos. Lisboa: Edições 70, 2014.

RODRIGUES, A. H.; CALHEIROS, M. F.; COSTA, P. S. Análise bibliológica de livros raros: a preservação ao "pé da letra". Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 123, p. 33-47, 2007.

RUSKIN, J. A lâmpada da memória. Cotia, SP: Ataliê, 2008.

TRAVIER, D. Réserve précieuse et collections semi-précieuses en bibliothèque universitaire: l'exemple de la bibliothèque de l'Université de Bourgogne. École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques. Mémoire d'étude. Diplôme de conservateur de bibliothèque, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Protocolo de biossegurança, adequação do espaço físico e monitoramento da COVID-19 na UFMG. Belo

Horizonte: Comitê Permanente Coronavírus UFMG, 2020. 28p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Proposta de ações para o retorno das atividades presenciais no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 2020. 38 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Política Interna de Formação, Desenvolvimento e Gestão de Acervos da Divisão de Coleções Especiais. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 2016. 12 p.

VALPORTO, O. Sem balbúrdia: universidades federais têm 823 pesquisas sobre covid-19. Blog. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods4/sem-balburdia-universidades-federaistem-823-pesquisas-sobre-covid-19/>. Acesso em: 17 maio 2020.

VIOLLET-LE-DUC, E.E. Restauração. 3 ed. Cotia, SP: Ataliê, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. COVID-19 situation reports. Blog. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novelcoronavirus-2019/situation-reports>. Acesso em: 21 maio 2020.

ANEXO – Bibliografia levantada e trabalhada pela Comissão instituída pela Diretoria da BU/SB-UFMG

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION (AIC). Best practices for cleaning play and learn spaces - Association for Library Service to Children. Disponível em: <https://www.culturalheritage.org/resources/emergencies/collections-care-amid-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION (AIC). Caring for heritage collections during the COVID-19 pandemic - CCI technical note. Disponível em: <https://www.culturalheritage.org/resources/emergencies/collections-care-amid-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION (AIC). Collections care in the age of COVID-19 Facebook live event - FAIC Connecting to Collections Care. Disponível em: <https://www.culturalheritage.org/resources/emergencies/collections-care-amid-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION (AIC). Disinfecting books and other collections - Northeast Document Conservation Center. Disponível em: <https://www.culturalheritage.org/resources/emergencies/collections-care-amid-covid-19>.

Acesso em: 10 abr. 2020.

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION (AIC). Disinfecting Cultural Resources, Personal Protective Equipment, and Re-Entry to Cultural Sites - National Center for Preservation Technology and Training. Disponível em: <https://www.culturalheritage.org/resources/emergencies/collections-care-amid-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION (AIC). Facemasks and virus protection - AIC Health & Safety Committee. Disponível em: <https://www.culturalheritage.org/resources/emergencies/collections-care-amid-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION (AIC). Handling library materials and Collections During a Pandemic - American Library Association. Disponível em: <https://www.culturalheritage.org/resources/emergencies/collections-care-amid-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION (AIC). Isolating, disinfecting, and cleaning historic materials - National Center for Preservation Technology and Training. Disponível em: <https://www.culturalheritage.org/resources/emergencies/collections-care-amid-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION (AIC). MNHS workplace historic properties enhanced cleaning guidance for COVID-19 (1) - Minnesota Historical Society. Disponível em: <https://www.culturalheritage.org/resources/emergencies/collections-care-amid-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION (AIC). The impact of hand sanitizers on collection materials - Library of Congress. Disponível em: <https://www.culturalheritage.org/resources/emergencies/collections-care-amid-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ASPY elabora una guía rápida para la reapertura segura de empresas frente al coronavirus (2020). Disponível em: <https://www.rrhhpress.com/mundo-prl/49064-asp-y-elabora-una-guiarapida-para-la-reapertura-segura-de-empresas-frente-al-coronavirus>. Acesso em: 26 abr. 2020.

ESPANHA. Guía de buenas prácticas en los centros de trabajo. Disponível em: <https://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/presidencia/Pagi>

nas/2020/10042020_buenaspracticass.aspx. Acesso em: 26 abr. 2020.

EVEN, L. Cómo desinfectar colecciones en una pandemia. Disponível em: <https://www.ncptt.nps.gov/blog/covid-19-basics-disinfecting-culturalresources/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

FIOCRUZ. Observatório COVID-19. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>. Acesso em: 12 jun. 2020.

HUSS87. Señalética en tiempos del COVID-19: cómo la pandemia está modificando los espacios públicos. Disponível em: https://lacriaturacreativa.com/2020/04/23/senaletica-en-tiempos-delcovid-19-como-la-pandemia-esta-modificando-los-espaciospublicos/?fbclid=IwARohbgZtRQskCiFiBXS_xyw_TGlnr5oCeLAlxVl7W7lT72Lks8EO-c5l9sjk. Acesso em: 26 abr. 2020.

IFLA (2020). COVID-19 y el Sector Bibliotecario Global. Disponível em: <https://www.ifla.org/ES/node/92983>. Acesso em: 26 abr. 2020.

LA VUELTA al gimnasio: así deben ser las medidas de aforo, higiene, clases en grupo y uso de máquinas. Disponível em: https://www.elespanol.com/sociedad/20200422/vuelta-gimnasio-debenmedidas-higiene-clases-maquinas/484452574_o.html. Acesso em: 26 abr. 2020.